

Revista

PET-ECONOMIA

11^a
edição

*Sociedade, meio
ambiente e controle
no capitalismo
contemporâneo*



Equipe Editorial (2025/2)

Editor Chefe: Everlam Elias Montibeler;

Edição: Danilo Albertino Frigini, Felipe Guerra Barbosa, Gabriela Morozini, Hemille Barbosa Uchôa e Isadora Freire Camargo;

Revisão Ortográfica: Daniel Verneck Telaarolli, Danilo Albertino Frigini, Emilly de Souza Santos, Felipe Guerra Barbosa, Gabriela Morozini, Hemille Barbosa Uchôa, Isadora Freire Camargo e Kayky Barcelos De Oliveira;

Revisão Referencial: Daniel Verneck Telaarolli, Felipe Guerra Barbosa e Hemille Barbosa Uchôa;

Diagramação e arte: Danilo Albertino Frigini, Emilly de Souza Santos, Gabriela Morozini, Isadora Freire Camargo e Kayky Barcelos De Oliveira;

Imagem da capa: BURLE-MARX, Roberto. *Itapecerica*. 1953. Pintura. Disponível em: <https://www.leilaodearte.com/leilao/2020/maio/87/burle-marx-itapecirica-15300/>. Acesso em: 02 dez. 2025.

PET-Economia/Ufes, Vitória - ES, 2025.

Sumário

Introdução	3
<i>Everlam Elias Montibeler</i>	
Texto do Convidado	
Reforma agrária popular, educação do campo e o PET-Economia/Ufes	6
<i>Renata Couto Moreira</i>	
Resenhas Econômicas	
Inteligência Artificial: máquinas ou marionetes?	10
<i>Kayky Barcelos de Oliveira e Rafael Barbosa Saldanha</i>	
Consumo e hipermodernidade: o paradoxo contemporâneo	14
<i>Ana Carolina de Paula Simões e Carlos Eduardo de Oliveira Tonon</i>	
As contradições da “concessão” dos parques estaduais no Espírito Santo	18
<i>Arthur Mariano Soares e Gustavo Gomes de Almeida</i>	
Futebol contemporâneo: a descaracterização de um esporte	22
<i>João Henrique Nascimento e Rafael Barbosa Saldanha</i>	
COP30: um museu de grandes novidades	26
<i>Gabriela Morozini e Kayky Barcelos de Oliveira</i>	
BETS: um cassino de velhas armadilhas	30
<i>Hemille Barbosa Uchôa e Maria Caneva</i>	
Podcasts Economia e Sociedade: para Além da Aparência	
A cidade do capital: moradia e espaço urbano em disputa	34
<i>Gabriel Matheus Ferreira Santos e João Henrique da Silva Nascimento</i>	
A teoria da reprodução social e as relações de gênero no capitalismo	34
<i>Gabriela Morozini e Hemille Barbosa Uchôa</i>	
A questão monetária no capitalismo contemporâneo	34
<i>Kayky Barcelos de Oliveira e Maria Caneva</i>	
As escolas de samba e a economia na periferia	35
<i>Carlos Eduardo Tonon e Gustavo Gomes de Almeida</i>	

Introdução

Everlam Elias Montibeler¹



Bem-vindo à 11ª edição da Revista PET Economia UFES!

Em um momento de conflitos urbanos e de profunda tensão social no Rio de Janeiro, a segunda cidade mais populosa do país, e com o Brasil prestes a sediar a 30ª Conferência das Partes (COP30), convidamos o leitor a mergulhar nas últimas produções do grupo PET Economia. Nesta edição, composta por artigos, resenhas e *podcasts*, abordamos temas atuais e, ao mesmo tempo, atemporais, fundamentais para compreender os desafios da sociedade contemporânea — tanto no

contexto brasileiro quanto no cenário internacional. Abrindo esta edição, apresentamos o artigo da professora Dr^a Renata Couto Moreira, docente do Departamento de Economia da UFES, que traz uma reflexão aprofundada sobre a questão da terra no Brasil.

É uma grande satisfação contar com a presença e a contribuição da professora Renata em uma discussão de tamanha relevância como a da reforma agrária no Brasil, tema no qual o Departamento de Economia da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) tem se destacado e contribuído de forma significativa ao longo dos últimos anos.

A parceria entre o Departamento de Economia e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) remonta ao final da década de 1990, período em que ocorreram os primeiros “Estágios de Vivência”. Naquela época, o professor Reinaldo Carcanholo, em conjunto com estudantes do curso de Ciências Econômicas, desenvolvia atividades de formação e assessoria técnica voltadas ao fortalecimento produtivo dos assentamentos do MST situados no norte do estado do Espírito Santo. Nesse mesmo período, eu, então estudante de Economia, e recém-ingresso no PET Economia, tive a honra de integrar a primeira turma do curso de extensão coordenado pelo professor Reinaldo Carcanholo. Durante as férias de 1999, participei de um grupo de cerca de dez estudantes, com quem convivemos por 30 dias em ocupações e assentamentos rurais. Ao longo dessa vivência, realizamos atividades formativas estruturadas em torno de seminários, cujo texto-base foi a obra *Formação Econômica do Brasil*, de Celso Furtado.

¹ Professor adjunto do Departamento de Economia da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e tutor do Programa de Educação Tutorial PET-Economia/UFES.

Além da formação teórica, elaboramos um projeto de viabilidade econômica voltado à criação de uma cooperativa de assentados no município de São Mateus. O principal desafio, naquele contexto, consistia em auxiliar as famílias assentadas na organização coletiva da produção e da comercialização de seus produtos. O grupo de estudantes reunia discentes de diferentes áreas do conhecimento — Pedagogia, Psicologia, Economia, Estatística e Serviço Social —, o que enriqueceu o diálogo interdisciplinar e fortaleceu o caráter formativo, técnico e social da experiência. A valiosa experiência desenvolvida ao longo daquele período produziu impactos significativos na formação acadêmica, política e humana de todos os participantes do projeto de extensão. Essa iniciativa foi aperfeiçoada e replicada nos anos subsequentes, consolidando-se como uma base fundamental para a criação do Programa de Pós-Graduação em Economia Política e Questão Agrária, atualmente coordenado por nossa estimada convidada, professora Renata Couto Moreira.

As edições da *Resenha Econômica* de números 391 a 396 abordam temas variados, que vão desde a Inteligência Artificial até a concessão de parques estaduais no Espírito Santo, refletindo o pensamento amplo e plural existente entre os petianos. Cada texto explora, de forma distinta, os desafios que a sociedade contemporânea precisa enfrentar.

Na resenha “Inteligência Artificial: máquinas ou marionetes?” (nº 391), Kayky Barcelos de Oliveira e Rafael Barbosa Saldanha promovem uma importante discussão sobre a suposta independência das máquinas, especialmente a partir dos avanços da IA, e sobre a imaginável eliminação das relações de trabalho humano nesse novo contexto tecnológico. A resenha “Consumo e Hipermodernidade: o paradoxo contemporâneo” (nº 392), de Ana Carolina de Paula Simões e Carlos Eduardo de Oliveira Tonon, apresenta uma reflexão consistente sobre o advento da hipermodernidade e a consolidação do consumo desmedido, marcado pela exaltação do presente e pela efemeridade das relações sociais. Em “As contradições da concessão dos parques estaduais no Espírito Santo” (nº 393), Arthur Mariano Soares e Gustavo Gomes de Almeida analisam a política de concessão de áreas ambientais à iniciativa privada, evidenciando as tensões entre o discurso da eficiência econômica e a preservação da função social e ecológica dos espaços públicos. Os autores utilizam como estudo de caso o Parque Estadual Paulo César Vinha, que enfrenta problemas como a extração ilegal de areia e carece de intervenção estatal e apoio social para garantir sua preservação. Na resenha “Futebol Contemporâneo: a descaracterização de um esporte” (nº 394), João Henrique da Silva Nascimento e Rafael Barbosa Saldanha exploram a transformação do futebol em um grande negócio global. Eles refletem sobre a captura do futebol — antes símbolo de identidade cultural e expressão popular — que se tornou um bem de consumo e uma fonte de acumulação de riqueza concentrada nas mãos de um restrito grupo de empresários e investidores. O texto “COP30: um museu de grandes novidades” (nº 395), de Gabriela Morozini e Kayky Barcelos de Oliveira, interpreta o evento como “uma expressão de esforço político-ideológico de manutenção de uma harmonização aparente entre a lógica de acumulação capitalista e a sustentabilidade ambiental”. Embora a conferência pareça, à primeira vista, apenas mais uma reunião das grandes potências mundiais, os autores a compreendem como um ponto de partida

para refletirmos, com certa dose de utopia, sobre como cuidar do planeta em um contexto de rápidas mudanças climáticas. Por fim, “Bets: um cassino de velhas armadilhas” (nº 396), de Hemille Barbosa Uchôa e Maria Caneva, analisa o fenômeno contemporâneo das apostas virtuais, caracterizado como uma perigosa combinação de disrupção tecnológica, crimes financeiros e manipulação social. O texto alerta para os impactos econômicos e comportamentais desse novo tipo de entretenimento, que explora vulnerabilidades humanas em nome do lucro digital.

A atividade de *podcast* do PET Economia conta com a participação de convidados especiais que contribuem para enriquecer as reflexões sobre os dilemas do capitalismo contemporâneo, abordando temas que vão desde o problema da moradia, passando pelos limites do desenvolvimento tecnológico, até a relação entre as escolas de samba e a economia nas periferias urbanas. No episódio 61, “A cidade do capital: moradia e espaço urbano em disputa”, Gabriel Matheus Ferreira Santos e João Henrique da Silva Nascimento conversam com o arquiteto e professor Lucas Damm Cuzzuol, que analisa como as cidades foram historicamente forjadas pelas relações econômicas e sociais, evidenciando as contradições entre o direito à moradia e a lógica de valorização do espaço urbano. O episódio 62, “A teoria da reprodução social e as relações de gênero no capitalismo”, apresentado pelas petianas Gabriela Morozini e Hemille Barbosa Uchôa, propõe uma reflexão acerca da teoria da reprodução social, desenvolvida a partir da década de 1970, período em que o feminismo hegemônico ocidental passou a dialogar — nem sempre de forma harmoniosa — com o marxismo, revelando as tensões entre gênero, classe e divisão social do trabalho. No episódio 63, “A questão monetária no capitalismo contemporâneo”, Kayky Barcelos de Oliveira e Maria Caneva apresentam uma reflexão teórica sobre a centralidade do dinheiro e das finanças na economia global contemporânea, discutindo as etapas e metamorfoses da moeda ao longo do processo de desenvolvimento capitalista e seus impactos sobre as dinâmicas de poder e desigualdade. O episódio 64, “As escolas de samba e a economia na periferia”, apresentado por Carlos Eduardo de Oliveira Tonon e Gustavo Gomes de Almeida, tem como convidado o professor Jocelino Júnior, vereador da cidade de Vitória e membro do Instituto Raízes. Sua participação amplia a compreensão sobre o papel das escolas de samba, que ultrapassa a dimensão artística da dança, constituindo-se como expressões de identidade social, cultural e econômica nas periferias urbanas.

Texto do Convidado

Reforma agrária popular, educação do campo e o PET-Economia/Ufes

Renata Couto Moreira



*Professora Doutora Renata Couto Moreira
Professora Associada do Departamento de
Economia*

*Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas (CCJE)
– Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes)*

Esta é uma história que começou há 20 anos, a partir de uma articulação entre o Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem Terra (MST), a Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF) e o professor coordenador e criador do Programa de Educação Tutorial (PET-Economia) da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) Reinaldo Carcanholo. Em 2005, nosso saudoso professor Carcanholo foi procurado pelo MST para estruturar um curso formal de especialização

para formação em economia política e questão agrária como espinha dorsal de um programa nacional de formação de dirigentes. Entendendo a necessidade de avançar e qualificar a atuação dos movimentos sociais populares na luta pela terra, pela reforma agrária e pela transformação social, um grupo de docentes do Departamento de Economia se mobilizou para a realização de tal demanda. Entre estes, podemos destacar os professores Paulo Nakatani, Maurício Sabadini, Vinicius Pereira, Adriano Teixeira, entre outros, como o grupo inicial que aceitou o desafio de elaborar um ousado projeto para a realização de um curso de especialização *Lato Sensu* em Economia Política e Questão Agrária a ser ofertado às famílias do MST e a outros movimentos sociais populares do campo, que passavam a acessar o direito à educação universitária. Esta experiência pioneira viria a se transformar no atual curso de Especialização em Economia e Desenvolvimento Agrário vinculado ao Departamento de Economia, incorporando mais docentes e conteúdos ao longo dos anos.

Com base nos preceitos da Educação do Campo como um direito fundamental, o curso se insere na compreensão mais ampla de que a reforma agrária é mais do que a conquista da terra. É também a construção de condições dignas de produção da vida na terra, o que inclui o acesso a

direitos humanos fundamentais, como o da educação. Não uma educação como estamos habituados nas cidades, mas sim, uma que integre as especificidades do trabalho e da vida no campo. E, portanto, uma Educação do Campo (CALDART *et al.*, 2012), já que a proposta não é sair do campo para poder ir para a escola reforçando o movimento histórico de êxodo rural, e sim garantir uma educação do campo como direito e não esmola. Neste sentido, a educação exige um processo de estudo teórico e práticas articuladas dentro de tempos que se harmonizam com a realidade da vida e a sazonalidade da produção agrícola entre outras atividades produtivas exercidas pelas famílias camponesas, nos assentamentos e acampamentos de reforma agrária.

Desta forma, dentro de uma elaboração coletiva em construção de movimentos sociais populares do campo e agentes públicos, desde a 1ª Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo, em 1998, a Educação do Campo vem consolidando uma nova proposta pedagógica, a Pedagogia da Alternância (DIAS *et al.*, 2021). Conhecida também como pedagogia do movimento (CALDART, 2004), o processo de ensino-aprendizagem nos termos de Freire (1983), se realiza em movimento, com o protagonismo das famílias trabalhadoras do campo e suas organizações, em momentos e espaços diversificados, porém, integrados em um processo único. Por um lado, a Pedagogia da Alternância inclui momentos de estudo teórico concentrados nos Tempos Universidade, orientados por docentes e assessorias. Nestes tempos, a turma se reúne de forma presencial para se aprofundar nos estudos de determinadas temáticas, realização de

aulas, seminários, debates e sínteses coletivas orientadas. Por outro lado, as práticas estabelecidas a partir dos estudos realizados acontecem nos Tempos Comunidade, intercalando os momentos de estudos com o trabalho de campo em suas comunidades de origem e movimentos sociais populares. Os conteúdos são atravessados por temas que remetem às questões do trabalho, da cultura, do conhecimento e das lutas sociais das famílias camponesas dentro do embate entre distintos projetos de agricultura, educação e sociedade, polarizados na história e atualidade da luta de classes. Nesta dinâmica, o comprometimento dos/as educandos/as com os processos de produção da vida no campo tem papel fundamental para avanços concretos na consciência e luta de classes, assim como, na construção de uma universidade comprometida com a transformação social.

É neste contexto, de ocupação da Universidade enquanto uma trincheira de disputa de projetos de educação e de sociedade, que o curso de Especialização em Economia e Desenvolvimento Agrário estabelece uma perspectiva transformadora e comprometida com a função social da universidade. Desde a 1ª turma iniciada oficialmente em 2006, batizada com o nome de Ruy Mauro Marini, com a coordenação do professor Reinaldo Carcanholo, foi possível estabelecer uma interação com o PET-Economia/Ufes, com a realização de ações conjuntas nos Tempos Universidade, em uma profunda articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão. O sucesso desta experiência inicial concluída em 2009 com a formação de 31 estudantes, se desdobrou em outras 3 turmas. A

2ª, iniciada em 2009 e concluída em 2011, coordenada pelo professor Maurício Sabadini e batizada de Carlos Marighela, formou mais 29 estudantes. A 3ª e a 4ª, coordenadas por mim foram batizadas respectivamente de Reinaldo Carcanholo e Vânia Bambirra. Todas em homenagem a estes e esta lutadora do povo. A 3ª turma iniciada em 2013 foi concluída em 2015 com 30 formandos/as, e a 4ª iniciada em 2019, concluída em 2021 com 28 formandos/as. Ao total, foram 118 beneficiários da reforma agrária de 15 estados da federação que obtiveram o título de pós-graduação e puderam dar continuidade aos estudos acadêmicos, assim como qualificar a sua atuação nos territórios, comunidades camponesas e suas organizações. Em todas as turmas foi possível estreitar e fortalecer ações integradas com os/as estudantes do PET-Economia/Ufes na realização de seminários, Jornadas Socialistas, debates, Teatros do Oprimido, Traduzindo o Economês, Noites da Cultura Camponesa, entre outras que ficaram marcadas na história de ambos os coletivos, constituindo-os enquanto sujeitos sociais em e de transformação.

Chegamos a 2025, após 20 anos, abrindo uma nova turma do curso de Especialização em Desenvolvimento Agrário, continuando o movimento iniciado de ocupação da universidade nesta história, dentro dos novos desafios que a conjuntura atual exige. Resgatar nossa história é importante para compreendermos quem somos e de onde viemos, no sentido de prepararmos os próximos passos. Esta relação dialógica (MOREIRA *et al*, 2024) e de respeito às demandas por direitos e políticas públicas dos movimentos sociais populares do campo, por um lado, e de

formação integral, crítica e humana dos estudantes do curso de economia, por outro lado, gerou importantes frutos. Sobretudo, garantiu o direito de continuidade dos estudos de pós-graduação às famílias assentadas e acampadas da reforma agrária, historicamente excluídas destes processos na formação socioeconômica do povo brasileiro. Qualificar a atuação destes sujeitos sociais nas lutas cotidianas em defesa da reforma agrária, da agroecologia, e em busca de melhores condições de vida para as famílias camponesas, dá um novo sentido ao projeto de uma universidade socialmente referenciada e de uma sociedade mais justa.

Assim, a consolidação do curso de Especialização em Economia e Desenvolvimento Agrário na Ufes representa uma conquista importante dos movimentos sociais que lutam por uma Reforma Agrária Popular (DIAS *et al*, 2021), por uma universidade e por uma educação comprometidas com a transformação social. Representa, por fim, passos importantes de um projeto mais amplo de universidade e de sociedade que almejamos, com mais respeito aos povos dos campos, das águas e das florestas. A Educação do Campo nesta perspectiva, constitui-se como luta social pelo acesso ao direito à educação às famílias camponesas, enquanto protagonistas e sujeitos do processo de ensino aprendizagem (CALDART, 2004). Não é uma educação “para”, nem “com”, mas sim “das” famílias camponesas, expressão autêntica de uma pedagogia “do” oprimido (FREIRE, 1983). Combinando as lutas pela educação com a luta pela terra, pela reforma agrária, pelo direito à cultura, ao trabalho, à soberania alimentar e ao território, uma política

de Educação do Campo defende as especificidades das práticas e lutas que gera. Dimensões estratégicas na construção de uma sociedade com mais humanização.

Referências bibliográficas

CALDART, R. S. *Pedagogia do Movimento Sem Terra*. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

CALDART, R.S.; PEREIRA, I.B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (Orgs.) *Dicionário da Educação do Campo*. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

DIAS, A.P.; STAUFFER, A. B.; MOURA, L.H.G. de; VARGAS, M.C. (Orgs.) *Dicionário de Agroecologia e Educação*. São Paulo: Expressão Popular; Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2021.

FREIRE, P. *Pedagogia do Oprimido*. 14. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

MOREIRA, R.C.; SÁ, L.R. de; ALMEIDA, G.G. Núcleo Universitário de Agroecologia e Reforma Agrária Popular: dialogicidade e extensão. *Revista de Extensão Tecnológica* – IFC, Blumenau, SC, volume 11, n. 22, jul-dez, 2024. p. 55-85.

Resenha Econômica

Inteligência Artificial: máquinas ou marionetes?

Kayky Barcelos de Oliveira e Rafael Barbosa Saldanha



KAL. **The Economist.** Disponível em: <https://www.economist.com/the-world-this-week/2023/11/02/kals-cartoon>. Acesso em: 28 nov. 2024.

Imagine-se em um quarto fechado, onde alguém externo tenta se comunicar com você por meio de códigos desconhecidos. Por sorte, você dispõe de um manual que lhe fornece uma resposta formal para cada código dado. Uma vez que esta linguagem lhe é alheia, você não entende o que lhe é dito e nem sequer sabe qual foi a sua resposta, mesmo que tenha certeza de que ela foi eficiente. Em um número suficiente de observações, o indivíduo externo ao quarto tende a intuir que você domina a linguagem, no entanto, a inferência não é verdadeira, de modo que você apenas esteja simulando ter o conhecimento sobre.

Assim apresenta-se o argumento do Chinese Room, desenvolvido pelo filósofo norte-americano John Searle, com o objetivo de demonstrar que, por mais consistente que pareça o domínio das máquinas sobre a linguagem, tal fato não implica em um domínio real. Trata-se de um domínio puramente artificial.

O filósofo argumenta que as máquinas operam de forma objetiva, apenas reorganizando os símbolos com base em sua lógica de programação dada.

Partindo disso, o pensador defende que as máquinas são incapazes de operar de maneira subjetiva, de forma que organizar os símbolos não seja o mesmo que compreender os seus significados. A mente humana, por outro lado, é capaz de operar de forma objetiva e subjetiva, uma vez que a compreensão e a apreensão de conteúdos se dá por meio do processamento das informações pelo cérebro humano. O pensador conclui que uma máquina não pode gerar estados mentais semelhantes aos dos seres humanos, uma vez que a mente humana é dotada da capacidade de absorver sentido consciente sobre a realidade².

Nesse sentido, é possível compreender que as máquinas, como as conhecemos, não são capazes de autônomoamente gerar consciência de si e do mundo, uma vez que essas não possuem a capacidade de apreender e analisar de forma crítica a realidade. Em sentido contrário, opera o cérebro humano, cujas formulações são dotadas de um caráter social e, portanto, estão

² FILHO, Maxwell Moraes de Lima. O Experimento de Pensamento do Quarto Chinês: a Crítica de John Searle à Inteligência Artificial Forte. **ARGUMENTOS** - Revista de Filosofia 3. Disponível em: <https://philpapers.org/rec/FILOED-2>. Acesso em: 03 dez. de 2024.

condicionadas ao desenvolvimento das relações sociais³.

As relações sociais, por sua vez, não podem ser compreendidas de forma dissociada do modo de produção, em que são produzidas e reproduzidas. No processo em que modifica o mundo, o homem, enquanto potência, se confronta com o meio natural e, ao atuar sobre a natureza com o objetivo de adaptá-la às suas necessidades, modifica a própria existência humana. Desde o início do processo de trabalho, meio pelo qual se modifica o mundo, o homem é capaz de ter o produto final objetivado em sua mente. Tal fato deriva de sua capacidade de abstrair sobre a realidade, o que lhe difere de qualquer outro ser⁴. Nessa perspectiva, o trabalho apresenta-se como o elemento formador da consciência humana, de modo a constituir no firme solo das experiências concretas a sua base indissociável. Na medida em que sua consciência se desenvolve a partir das relações sociais e da reprodução de sua vida material, a consciência torna-se social e historicamente determinada⁵.

Na sociedade capitalista, o determinante da reprodução da vida se torna o processo de autovalorização do capital. A relação dialética estabelecida entre homem e meio natural, explorada mais acima no texto, possui uma intermediação. Nessa sociedade, prevalece a lei do valor, de modo que o principal determinante da

produção não seja a utilidade da mercadoria, mas sua capacidade de efetivar riqueza. Assim, o conjunto de necessidades, interesses e motivos para realização da produção, bem como a interação do homem com o meio social e natural, estão, portanto, sob a égide aqueles que, ao deterem os meios necessários para a realização do trabalho, subalternizam os homens e o seu processo criativo para enriquecimento próprio. Desse modo, no processo de trabalho especificamente capitalista, a formação da consciência humana é dotada do caráter essencialmente capitalista de produção. O conjunto dessas interações sociais fundamentalmente práticas entre o processo de trabalho e a formação da consciência, expresso em relações ideais objetivadas, disseminadas e reproduzidas, denomina-se ideologia⁶.

A ideologia resulta da determinação do processo em que os homens interagem com o meio social, sendo essas interações fundamentais para a reprodução dos interesses das classes dominantes. Os meios de comunicação e informação possuem, assim, papel fundamental na reprodução desses mecanismos, conferindo-lhe um caráter quase que não alternativo. A ideologia dominante deve aparecer como a única forma possível de sociabilidade e, na medida em que se apresenta na forma de interesse geral, esta denota um caráter específico, que lhe dá a condição de “neutralidade”. A neutralidade da consciência, do pensamento e da ideologia, no modo de produção capitalista é a própria reprodução dos mecanismos do capitalismo. Dessa forma, podemos inferir que, por mais que a ideologia se

³ PEREIRA, João Junior Bonfim Joia. O desenvolvimento da consciência humana segundo a concepção do materialismo-histórico. **Publicatio**. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/humanas/article/view/3125>. Acesso em: 03 dez. de 2024.

⁴ MARX, Karl. **O processo de trabalho e o processo de valorização**. In: O Capital. Boitempo, 2023. p. 255-276.

⁵ PEREIRA, João Junior Bonfim Joia. O desenvolvimento da consciência humana segundo a concepção do materialismo-histórico. **Publicatio**. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/humanas/article/view/3125>. Acesso em: 03 dez. de 2024.

⁶ MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas, 1845-1846. São Paulo: Boitempo, 2007.

apresente como neutra, os homens possuem centralidade em sua formação.

Ao se retomar a análise feita sobre as máquinas, concluímos que estas não possuem consciência, pensamento ou qualquer estado mental que seja equivalente aos da mente humana. No entanto, enquanto meio de informação e comunicação, as Inteligências Artificiais possuem papel crucial na reprodução da ideologia dominante. Como os frutos do trabalho humano na sociedade capitalista, as máquinas parecem dotadas da capacidade de se autodeterminarem enquanto seres conscientes de si. Na medida em que se apresentam como seres autônomos, sua forma parece independente de ideologia e de qualquer correlação com a atividade humana. Sob o véu da neutralidade e da falsa consciência das máquinas, oculta-se a ideologia da classe dominante.

Dessa maneira, podemos compreender que o avanço desses mecanismos tecnológicos cria novas formas de difusão de ideais, uma vez que as modernas inteligências artificiais têm capacidades notáveis para produzir textos, imagens, vídeos e áudios de forma realista e quase automática. Instrumentos como modelos linguísticos e sistemas de criação de imagens são capazes de gerar conteúdos que dificilmente podem ser diferenciados dos produzidos por seres humanos. A facilidade na criação de *deepfakes*⁷ e de narrativas manipuladas apresenta uma nova faceta da informação na sociedade contemporânea, em que a quantidade e a rapidez da produção tornam a luta contra a

desinformação e as manipulações ideológicas um desafio ainda maior.⁸

O (des)controle de informação produzido pelas inteligências artificiais têm consequências significativas para a sociedade. Uma das consequências é a perda de confiança, ou seja, quando a distinção entre o real e o falso se torna praticamente impossível. Ademais, as repercussões políticas e econômicas são relevantes, pois a manipulação de informações pode impactar eleições, desestabilizar governos e até mesmo impactar os mercados financeiros, gerando efeitos a nível mundial.⁹ É de se explicitar que uma simples especulação digital pode causar efeitos danosos, por exemplo, ao sistema bancário, causando pânico e originando uma corrida bancária. De modo semelhante, as notícias falsas podem levar ao questionamento de um processo eleitoral, causando instabilidade política e social. Tais desafios se tornam ainda mais complexos pela ausência de regulamentações sólidas que se mantenham atualizadas às novas formas de interações sociais.

Os sistemas tecnológicos de informação e comunicação estão em constante processo disruptivo, de modo que se apresenta, aqui, um desafio real às instituições políticas sobre como e o que controlar na *internet*. A verdade é que tais debates se tornam acalorados sempre que se põe em xeque a “liberdade de expressão” dos cidadãos. Podemos observar que, no limiar desse

⁸ PACHECO, Denis. Inteligências artificiais entram em campo contra e a favor da desinformação. **Jornal USP**, 2023. Disponível em: <https://jornal.usp.br/atualidades/inteligencias-artificiais-entram-em-campo-contra-e-a-favor-da-desinformacao/>. Acesso em: 05 de dez. 2024

⁹ MARR, Bernard. Os 15 maiores riscos da inteligência artificial. **Forbes**, 2023. Disponível em: <https://forbes.com.br/forbes-tech/2023/06/os-15-maiores-riscos-da-inteligencia-artificial/>. Acesso em: 05 de dez. 2024.

⁷ Deepfake é uma técnica de Inteligência Artificial (IA) para criar ou manipular conteúdo audiovisual de forma realista.

processo, os donos dessas grandes corporações tecnológicas sempre estão na vanguarda da defesa da dita “neutralidade” do discurso digital.

Afinal, a quem interessa a (des)regulamentação? Por mais convincente que seja a suposta independência das máquinas, a centralidade humana deve ser enfatizada, de forma que as IA's, os bots e os algoritmos sejam, tão somente, produtos do trabalho humano com um fim determinado. Na aparência de seres autônomos e independentes, apenas reproduzem as determinações materiais realizadas pelos próprios homens. Sob o véu da aparente neutralidade desses mecanismos, podemos observar os interesses produtivos, financeiros, comerciais e ideológicos daqueles que os comandam.

Imagine que, agora, você pode abrir a porta do quarto chinês. É perceptível, então, que mesmo que as máquinas possam gerar respostas eficientes para seus questionamentos, o fazem somente na medida em que se constituem em uma base real concreta. Portanto, não podem ser dissociadas do processo em que o homem modifica a natureza e, ao mesmo tempo, torna-se humano.

Resenha Econômica

Consumo e hipermodernidade: o paradoxo contemporâneo

Ana Carolina de Paula Simões e Carlos Eduardo de Oliveira Tonon



BALLA, Giacomo. **Velocità d'Automobile**. 1913. Pintura. Museu do Hermitage, São Petersburgo. Disponível em: pt.wahooart.com/@@/8XY4NL-Giacomo-Balla. Acesso em: 15 abr. 2025.

A obra **Velocità d'Automobile**, de Giacomo Balla, representa visualmente a exaltação da velocidade, do progresso e da ruptura com o passado, ideias centrais ao futurismo. Esse movimento artístico e filosófico do início do século XX, no contexto da Revolução Industrial, antecipava a lógica aceleracionista que, hoje, caracteriza a hipermodernidade. No mundo contemporâneo, as transformações sociais e culturais ocorrem em um ritmo intenso, impulsionadas pela digitalização das informações e pela lógica expansionista do mercado, reconfigurando, assim, constantemente valores, relações e práticas do cotidiano¹⁰. A valorização da permanência e da

tradição cedeu espaço à exaltação da inovação e da efemeridade, fazendo do consumo um elemento central na construção identitária. Práticas antes pautadas pela estabilidade deram lugar à lógica da renovação constante, na qual a moda e os estilos de vida são redefinidos em função da velocidade e da obsolescência programada.

Com a virada do século XXI, a hipermodernidade, conceito formulado pelo filósofo francês Gilles Lipovetsky, consolida-se como uma era de consumo exacerbado e de exaltação do presente. Por sua vez, o consumo segue como expressão identitária, mas agora é marcado pela exigência de inovação constante e pela efemeridade como normas. Tendências, tecnologias e valores culturais tornam-se instáveis diante da aceleração do tempo social, impulsionada pela digitalização e pela lógica predatória do mercado¹¹.

Assim, a necessidade constante de adaptações a mudanças estruturais e a imposição de padrões de consumo se assentam no abandono do indivíduo à lógica do mercado, que ordena e molda toda a ótica do modo de "ser humano". Compreender a nova realidade é essencial para pensar o papel central do consumo, em que os

¹⁰ VERBICARO, D.; RODRIGUES, L. S. D. S. **Reflexões sobre o consumo na hipermodernidade: o diagnóstico de uma sociedade confessional**. Revista Direito Em Debate, v. 26, n. 48, p. 342–363, 2017.

¹¹ DAMASCENO, Alhen Rubens Silveira. **Resenha do livro: A estetização do mundo: Viver na era do capitalismo artista**. Signos do Consumo, v. 7, n. 1, p. 109–113, 2015.

consumidores veem na aquisição de bens e serviços promovidos pela indústria cultural o único meio de se integrar à sociedade. O maior estímulo à individualidade do sujeito no hipermodernismo modifica o consumo, tornando-o não mais apenas uma necessidade, mas um meio de expressão social. A moda, fomentada pelas potências industriais e midiáticas, torna-se a principal via de construção da afirmação da identidade e *status* social do indivíduo e motor essencial para o aprofundamento dos padrões consumistas observados na sociedade atualmente¹². Por consequência, esse movimento facilita a moldagem dos comportamentos dos sujeitos de acordo com tendências impostas pela própria indústria.

Analisando, então, a produção industrial em massa do fenômeno da moda, observa-se o reflexo da lógica aceleracionista do consumo, em que a renovação dos bens e a obsolescência programada tornam-se estratégias fundamentais para a manutenção da competitividade das indústrias no mercado. A não adequação a esse sistema contínuo de inovações e ao ciclo constante de substituição dos produtos por parte das indústrias, afeta a capacidade de acumulação de capital, tornando-as insuficientes. A resposta a isso finca-se na promessa de novidades e de exclusividade, estabelecendo uma nova forma específica de consumidores. Esses fatores são característicos na lógica da concorrência e apontam estratégias utilizadas na indústria.

Um fenômeno resultante do imediatismo moderno que intensifica a necessidade constante

por atualizações e por um senso de pertencimento é o FOMO (*Fear of Missing Out*)¹³, fenômeno que se expressa, principalmente, através da cultura digital, e é definido como uma síndrome caracterizada pela angústia diante da perda subjetiva de possibilidades de consumo, experiências ou informações consideradas significativas. A forte presença das redes sociais e alta conectividade reforçam esse sentimento, criando um ambiente no qual a constante comparação com os outros e a valorização do efêmero aumentam a sensação de urgência e de exclusão. No entanto, essa dinâmica não afeta a todos de maneira igual. A desigualdade estrutural presente na sociedade contemporânea intensifica os efeitos do FOMO, já que aqueles que não conseguem acompanhar o frenético fluxo de informações e consumo enfrentam formas de exclusão social. A dificuldade em acessar bens e experiências torna-se um indicativo de pertencimento, em que a ausência de consumo resulta em uma sensação de inadequação, frustração e marginalização.¹⁴ Tal fragmentação e atomização da sociedade caracteriza o hipermodernismo.

Para um devido aprofundamento desse conceito, temos que entender a relação entre o tempo e o mundo do trabalho. Karl Marx, ao investigar o capitalismo, mostra que o capitalista, o dono dos meios de produção, busca reduzir ao máximo o tempo de trabalho vivo por unidade de mercadoria para aumentar a produtividade do trabalho, aumentando o mais-valor relativo. Aqui

¹³ “Medo de ficar de fora”.

¹⁴ G1. **Fomo: saiba mais sobre a síndrome do medo de ficar de fora, principalmente do mundo digital**. 13 fev. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/saude/noticia/2023/02/13/fomo-saiba-mais-sobre-a-sindrome-do-medo-de-ficar-de-fora-principalmente-do-mundo-digital.ghtml>. Acesso em: 10 fev. 2025.

¹² LEÃO, Igor. **Reflexões sobre O Império do Efêmero**, de Gilles Lipovetsky. *Economia & Tecnologia*, Curitiba, v. 7, n. 25, p. 2-4, abr./jun. 2011.

está uma contradição, porque se reduz relativamente o valor criado por mercadoria, e, além disso, reduz de forma progressiva a quantidade de força humana nos processos produtivos, isso aumenta o exército industrial de reserva, por meio, por exemplo, de demissões crescentes em comparação ao capital empregado. Lipovetsky, no entanto, diferentemente de Marx, ao tratar do tempo e de sua importância para se pensar a vida social, não está pontuando a maior produtividade advinda do aumento do mais-valor relativo; a relação agora é a do indivíduo com o tempo livre. Assim, ele descreve a situação de uma classe média alta que vive no apogeu do *welfare state*. O capital joga seus esforços na colonização da organização da vida privada em diferentes áreas: trabalho, família, férias, ócio, etc.¹⁵ Apesar de haver hoje muitas discussões a respeito de trabalharmos até durante o tempo ocioso, o autor caracteriza que na hipermodernidade o tempo se apresenta em uma contradição, temos aparentemente mais tempo ocioso em comparação ao passado, porém esse tempo é cada vez mais intangível dentro do processo subjetivo: “As contradições objetivas da sociedade produtivista se justapõem agora a espiral das contradições existenciais”¹⁶. Justamente, busca-se preencher esse vazio por meio do hiperconsumismo.

Nesse cenário, Lipovetsky analisa qual é o sujeito que se conforma numa época em que o consumo dos indivíduos na sociedade de mercado é a grande roda que faz girar o funcionamento da vida. Dessa forma, existe um último preceito

moral na vida social: o desejo de refazer eternamente o seu corpo como um corpo jovem. O medievo, em contrapartida, de forma geral, tecia uma série de restrições quanto aos prazeres desenfreados advindos do corpo – justamente, eles não conheciam uma sociedade que dispunha de uma variabilidade enorme de produtos feitos para nichos específicos em prol do maior consumo possível. Em contraponto, na era secularizada, o sujeito deseja consumir eternamente os potenciais de seu corpo, como quem consome uma mercadoria.¹⁷

Uma sociedade cristalizada por esse tipo de relação social não pode senão ter o desejo pelo espírito jovem. O autor caracteriza isso como um medo de perder os sentidos e as emoções da vida com o passar do tempo. Essa jovialidade eterna, tal como prometida pela deusa Calypso a Ulisses no poema homérico, só pode ocorrer numa conjuntura social em que as relações de consumo entraram numa aceleração nunca antes vista na história da humanidade. Uma das preocupações centrais na busca do consumo de si e das coisas de forma cada vez mais intensificada quantitativa e qualitativamente está vinculada a uma questão central: o medo de ter ficado para trás, de ter envelhecido, entrado no esquecimento.

Existe, então, um conflito com o tempo na vida individual: é inegável que o avanço técnico-científico aplicado à comodidade da vida nos livrou de afazeres exigentes dos séculos passados facilitando a vida cotidiana em geral; temos que isso supostamente teria nos herdado um tempo ocioso maior. Mas, na realidade, tal ilusão desaparece, pois a conjuntura social contemporânea enseja-se no fato de que a

¹⁵ LEÃO, Igor. **Reflexões sobre O Império do Efêmero**, de Gilles Lipovetsky. *Economia & Tecnologia*, Curitiba, v. 7, n. 25, p. 2-4, abr./jun. 2011.

¹⁶ LIPOVETSKY, Gilles. **Os tempos hipermodernos**. Tradução de Artur Mourão. Barcarolla, 2004. p. 75.

¹⁷ *Ibidem*, p.75.

experiência ocorre em um tempo que não contém a si, que é frenético e impossibilita, paradoxalmente, a situação que ocorre apenas quando se tem tempo - o ócio. O horário fixo da telenovela assistida pela família, o horário de trabalho fixo na fábrica que acabava por agenciar todo o resto do horário da vida pessoal, é substituído por um tempo de reprodução da força de trabalho que, na sociedade atual, não deixa de fazer-se sem uma série de tensões - já que seu preenchimento é exigido exclusivamente pelo indivíduo. Essas tensões possuem a pretensão de serem resolvidas pelo hiperconsumo.

O sonho iluminista de saída da menoridade exigida por Kant, requisitando aos indivíduos que eles agissem a partir de suas próprias máximas, é frustrado justamente na hora em que a sociedade consegue entregar para ela o tempo ocioso para ser usado de acordo com a liberdade individual; mas, na verdade, o tempo ocioso resultou na angústia de uma era que surfa na efemeridade do hiperconsumismo. O poder organizador externo advindo das tradições é entregue nas mãos de um individualismo extremo; o que norteia a sociedade é o domínio técnico sobre o espaço-tempo e, com isso, também, o declínio das forças interiores do indivíduo. Lipovetsky alerta: “Testemunho disso é a maré montante de sintomas psicossomáticos, de distúrbios compulsivos, de depressões, de ansiedades, de tentativas de suicídio, para nem falar do crescente sentimento de insuficiência e autodepreciação.”¹⁸

¹⁸ *Ibidem*, p.83.

Resenha Econômica

As contradições da “concessão” dos parques estaduais no Espírito Santo

Arthur Mariano Soares e Gustavo Gomes de Almeida



Ato cultural e político homenageia Paulo Vinha nos 30 anos de seu assassinato. *Século Diário*, 2023. Disponível em: <https://www.seculodiario.com.br/meio-ambiente/ato-cultural-e-politico-homenageia-paulo-vinha-nos-30-anos-de-seu-assassinato/>. Acesso em: 23 fev. 2025.

Paulo César Vinha foi um biólogo e ambientalista brasileiro cuja dedicação incansável à preservação ambiental deixou um legado significativo no Espírito Santo. Vinha destacou-se por seu compromisso com a defesa dos ecossistemas de restinga, especialmente na região de Guarapari.¹⁹

Durante as décadas de 1970 e 1980, a área que hoje abriga o Parque Estadual Paulo César Vinha enfrentava intensas pressões devido a loteamentos, extração ilegal de areia, caça e queimadas criminosas. Vinha emergiu como uma voz ativa contra essas práticas, liderando campanhas para preservar as áreas de restinga e

combatendo a construção desenfreada de edificações à beira-mar. Sua atuação não só o tornou uma referência na defesa ambiental no estado, mas também atraiu a oposição de empresários envolvidos na exploração ilegal de recursos naturais.

Em 28 de abril de 1993, enquanto documentava atividades ilegais de extração de areia na Praia d'Ulê, em Guarapari, Paulo César Vinha foi brutalmente assassinado com quatro tiros. Esse crime chocou a sociedade capixaba, ao ponto de ser comparado ao assassinato do também ambientalista, Chico Mendes, evidenciando os riscos enfrentados por aqueles que, em prol do meio ambiente, se opõem a interesses econômicos nocivos à natureza. Posteriormente, um dos empresários acusados pelo homicídio, Aílton Barbosa Queiroz, foi condenado a 16 anos de prisão por sua participação no crime.

Como forma de homenagear a memória e luta de Vinha, o então Parque Estadual de Setiba, criado em 1990, teve seu nome alterado para Parque Estadual Paulo César Vinha em 1994. A unidade de conservação, localizada entre os municípios de Guarapari e Vila Velha, abrange aproximadamente 1.500 hectares e é reconhecida por abrigar uma das restingas mais ricas do litoral brasileiro. Além de suas praias e trilhas, o parque protege diversas

¹⁹ ESPÍRITO SANTO. Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos. Parque Estadual Paulo Cesar Vinha completa 30 anos e é referência na preservação de restinga no Espírito Santo. *SEAMA*, 5 jun. 2020. Disponível em: <https://seama.es.gov.br/Not%C3%ADcia/parque-estadual-paulo-cesar-vinha-completa-30-anos-e-e-referencia-na-preservacao-de-restinga-no-espírito-santo>. Acesso em: 24 fev. 2025.

espécies da fauna e flora, incluindo algumas endêmicas e ameaçadas de extinção.²⁰

Apesar da sua importância e representatividade ambiental e social, o Parque Estadual Paulo César Vinha está ameaçado por um processo de privatização promovido pelo governo do Espírito Santo. Esse processo visa conceder à iniciativa privada a exploração de áreas protegidas, incluindo o parque que leva o nome de Vinha. Essa ação tem gerado forte oposição de ambientalistas, servidores públicos, comunidades locais, militantes de movimentos sociais e partidos políticos, que argumentam que a privatização comprometerá a integridade desses espaços, ameaçando a biodiversidade e descaracterizando as regiões afetadas, além de desrespeitar o legado de Paulo César Vinha, que foi morto lutando pela preservação dessa reserva em Guarapari.²¹

O projeto de concessão dos parques ao setor privado, faz parte do Programa Estadual de Desenvolvimento Sustentável das Unidades de Conservação do Estado do Espírito Santo (Peduc). Este projeto, foi criado pelo decreto 5.409-R, em 13 de junho de 2023, e já custou aos cofres públicos R\$ 8,6 milhões, que foram cedidos à empresa Ernst & Young, por intermédio da Secretaria Estadual de Meio Ambiente (Seama), para prestação de assessoria e consultoria para elaboração do edital de concessão dos parques. O objetivo do programa não abrange apenas a concessão do Parque Estadual Paulo César Vinha,

mas também os parques de Itaúnas, em Conceição da Barra; Parque Forno Grande e Parque Mata das Flores, em Castelo; Parque Pedra Azul, em Domingos Martins e Parque Cachoeira da Fumaça, entre Ibitirama e Alegre.²²

Durante uma audiência pública organizada pela Comissão de Meio Ambiente da Assembleia Legislativa do Espírito Santo (Ales), no dia 30 de outubro de 2024, o secretário estadual de Meio Ambiente, Felipe Rigoni (União Brasil), defendeu que o projeto, de sua autoria, com apoio do governador do estado, Renato Casagrande (PSB), alia o desenvolvimento econômico junto à preservação ambiental, uma vez que a medida, se concretizada da forma como foi planejada, poderia gerar mais de 10 mil empregos. O secretário defende que o projeto não pode ser caracterizado enquanto uma privatização, mesmo que conceda a administração dos parques públicos à iniciativa privada, que pretende, por exemplo, cobrar um valor pela entrada dos visitantes aos parques e, de maneira geral, construir pousadas, lojas, estacionamentos, tirolesas, cabanas de *camping* de luxo etc., dentro do espaço dos parques, reduzindo, assim, o acesso das comunidades locais a espaços de lazer públicos. Rigoni afirmou, ainda, que a concessão trará benefícios para o turismo capixaba, uma vez que os parques, administrados pelo Estado, estão, segundo o mesmo, abandonados. O projeto é apoiado pela Federação das Indústrias do Espírito Santo (Findes), que foi representada na audiência pela engenheira ambiental Graciele Belisário.²³

²⁰ NOBRE, Ludson. Quem foi Paulo César Vinha que dá nome a parque estadual no ES. **A Gazeta**, 29 jul. 2022. Disponível em: <https://www.agazeta.com.br/capixapedia/quem-foi-paulo-ce-sar-vinha-que-da-nome-a-parque-estadual-no-es-0622>. Acesso em: 24 fev. 2025.

²¹ Não à privatização dos parques estaduais!. **PCB - Partido Comunista Brasileiro**, 18 out. 2024. Disponível em: <https://pcb.org.br/portal2/32157>. Acesso em: 24 fev. 2025.

²² TOSTES, Fabiana. Concessão de parques públicos: a nova frente de batalha do governo. **Folha Vitória**, 04 nov. 2024. Disponível em: <https://www.folhavitoria.com.br/politica/concessao-de-parques-publicos-a-nova-frente-de-batalha-do-governo/>. Acesso em: 25 fev. 2025.

²³ Idem. *ibidem*.

Contrários à medida privatista, a maioria dos presentes na audiência, enquanto sociedade civil, foram à Ales para protestar. Representando o Movimento em Defesa das Unidades de Conservação, o biólogo Walter Có argumentou que “A base da sustentabilidade é não causar impactos ambientais. Hotéis são iluminados à noite e essa iluminação muda a dinâmica da vida na região, atrai insetos. Como será a relação quando as pousadas começarem a atrair aranhas, cobras e escorpiões? Porque esses são os verdadeiros moradores do parque. Imaginem uma jararaca chegar na pousada! A vida desses seres é incompatível com a estrutura proposta para o interior dos parques”. Além disso, muitos movimentos sociais, sindicatos, partidos políticos e coletivos de comunidades tradicionais, fundamentais na luta popular, estão organizando um calendário de mobilização contra as concessões.²⁴

Assim como é contraditório que o Parque Estadual que homenageia um dos grandes defensores do meio ambiente capixaba esteja em vias de ser privatizado, o mesmo pode-se dizer acerca da iniciativa do capital de desenvolver, ao mesmo tempo, a expansão da propriedade privada e obtenção de lucro com a sustentabilidade ecológica. O filósofo marxista Kohei Saito revisita as obras do período conhecido como “O Jovem Marx”, dentro do arcabouço teórico marxiano, para destacar que desde o início de sua análise sobre o capitalismo, Karl Marx já identificava esse modo de produção como um sistema que aliena os trabalhadores à natureza. Saito destaca que Marx passou a entender a alienação à natureza como a separação dos produtores das condições

objetivas de produção. Isso significava que os trabalhadores não apenas perdiam o controle sobre os meios de produção, mas também sobre a própria natureza, que era convertida em mercadoria e submetida à lógica do capital.²⁵

Nesse íterim, o caso do Peduc se insere em um contexto mais amplo de crise ambiental e social, que se intensifica no mundo contemporâneo, mas, como vimos anteriormente, tem suas raízes no cerne da estrutura do capital. O avanço das privatizações de áreas protegidas sob a justificativa de um desenvolvimento sustentável expõe uma contradição fundamental do sistema capitalista: a tentativa de conciliar crescimento econômico ilimitado com a preservação ambiental. O modelo de exploração dos recursos naturais, incentivado pela lógica do lucro, tem levado a um colapso ambiental que se manifesta em eventos extremos como ondas de calor, enchentes, secas prolongadas e a perda irreparável da biodiversidade. A privatização dos parques estaduais se insere nesse quadro como uma expressão local de um fenômeno global, em que a mercantilização da natureza substitui a perspectiva de conservação por uma de rentabilidade.

As crises climáticas, cada vez mais evidentes, não são eventos isolados ou meras fatalidades naturais, mas consequências diretas da ação humana mediada pelas dinâmicas do capital. A destruição de ecossistemas, como as restingas, florestas e manguezais, agrava o aquecimento global e reduz a resiliência dos territórios e comunidades mais vulneráveis. Ao mesmo tempo,

²⁵ SAITO, Kohei. **O ecossocialismo de Karl Marx**: capitalismo, natureza e a crítica inacabada à economia política. São Paulo: Boitempo, 2021.

²⁴ Idem. Ibidem.

a concessão de parques a empresas privadas reflete um padrão recorrente, em que bens públicos essenciais são entregues ao setor privado sob a justificativa de eficiência e modernização, desconsiderando que a lógica empresarial prioriza o retorno financeiro em detrimento da preservação ambiental e do bem-estar coletivo. O próprio argumento de abandono dos parques por parte do Estado evidencia o desmonte deliberado das estruturas públicas como estratégia para justificar a privatização, em um ciclo vicioso que reforça desigualdades e enfraquece a soberania popular sobre os recursos naturais.²⁶

Diante desse cenário, algumas soluções se mostram necessárias para romper com essa lógica. Nesse sentido, a privatização dos parques estaduais no Espírito Santo deve ser compreendida dentro desse contexto mais amplo de mercantilização da natureza, na qual a busca pelo lucro se sobrepõe à preservação ambiental e ao interesse coletivo. A resistência organizada pelos movimentos sociais é fundamental para enfrentar essa lógica e garantir que esses espaços permaneçam como bens comuns, acessíveis a toda a população. No entanto, a luta contra a privatização precisa ir além da defesa imediata dos parques e se conectar a uma crítica estrutural ao modelo capitalista, que transforma a natureza em mercadoria. Somente ao questionar essa dinâmica e ao fortalecer alternativas baseadas na sustentabilidade e no controle popular dos recursos naturais, será possível evitar que a exploração ambiental continue sendo utilizada como solução para as crises do próprio sistema.

²⁶ LÖWY, Michael. Crise ecológica, crise capitalista, crise de civilização: a alternativa ecossocialista. **Caderno CRH**, v. 26, n. 67, p. 79–86, jan. 2013.

Resenha Econômica

Futebol contemporâneo: a descaracterização de um esporte

João Henrique Nascimento e Rafael Barbosa Saldanha



Enquanto o Corinthians desprezava Sócrates, o gesto do rival emocionou a Fiel. Disponível em: Democracia.corinthians.com.br. Acesso em: 19 mar. 2025.

O Esgreite de Loucos

Garrincha apanha a bola e dispara. Já em plena corrida, vai driblando o inimigo. São cortes límpidos, exatos, fatais. E, de repente, estaca. Soa o riso da multidão – riso aberto, escancarado, quase despujado. [...] Iluminado de molecagem, Garrincha tem nos pés uma bola encantada, ou melhor, uma bola amestrada. [...] O juiz russo espia o relógio. E o Brasil não precisa vencer um vencido. [...] Mas Garrincha levou até a última gota o seu “olé” solitário e formidável [...] que atava gargalhadas por todo o estádio.

Nelson Rodrigues

Suspiros de arte cada vez mais raros no mundo da bola²⁷, o futebol, que nasceu plebeu e pertencia à classe trabalhadora, enaltecia o entusiasmo de um povo que, muitas das vezes, se encontrava sob uma condição de plena angústia. Da rua ao campo, a expressão popular estava posta da maneira mais clara possível, a paixão, a alegria e a

euforia, eram todas expelidas num só grito: Gol! Como enfatizado pelo poeta brasileiro, Carlos Drummond de Andrade, “futebol se joga na alma, [...] são voos de estátuas súbitas, desenhos feéricos, bailados de pés e troncos entrançados”. Toda a emoção achava-se exaltada, era a própria expressão do povo brasileiro.

Com o desenvolvimento das relações de produção capitalistas, o amor pelo futebol e toda a gama de afeto que o permeia perdeu seu caráter lúdico a partir do momento em que a esfera financeira, com suas mãos sujas de puro interesse lucrativo, apoderou-se desta forma de expressão popular, “transformando-a em um gigantesco objeto de consumo, que gera lucros incalculáveis”²⁸. Toda admiração pelo esporte que se dava no mundo das massas, com o avanço da esfera financeira, fora deturpada em prol de uma relação que não mais se baseava no puro apreço ao esporte, mas sim numa ótica que o vê enquanto um meio de lucratividade. Trata-se de um processo de mercantilização de um dos principais traços da cultura brasileira.

É nesse contexto que introduzimos a questão das Sociedades Anônimas de Futebol (SAFs) no Brasil, um dos setores em que o capital, na busca pela ampliação de suas bases, “passou a alcançar novos mercados e novas esferas em todo o mundo”

²⁷ Também nos roubaram o futebol. *Revista Fórum*, 17 fev. 2014. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/cultura/2014/2/16/tambem-nos-roubaram-futebol-8683.html>. Acesso em: 15 mar. 2025.

²⁸ *Ibidem*.

(Chesnais, 1996). Nessa fase de internacionalização do capital, “o futebol ganha espaço no processo de acumulação capitalista e absorve novas configurações em escala global”²⁹, configurações essas que, em certa medida, acarretam uma mudança em sua função social, qual seja, a de ser uma mercadoria própria para o espetáculo, um “futebol-negócio”.

Desta maneira, observamos que o avanço da esfera financeira sobre o esporte brasileiro, trouxe um enfoque adverso ao que anteriormente era praticado, o futebol de identificação, que extrapolava a esfera esportiva por meio de influências no âmbito da sociedade, como na democracia corinthiana³⁰, vem cada vez mais se exaurindo, perdendo a razão de si. Nesse sentido, o “futebol moderno”, pautado pela introdução das SAFs, consegue cada vez mais galgar espaços no futebol brasileiro. “Com esse novo formato do capitalismo, o futebol se estabeleceu como um importante ativo para o capital financeiro, consolidando-se como produto da sociedade e modificando a realidade financeira do setor”³¹.

Nessa perspectiva, desde 2021, quando a Lei nº 14.193/21 (Lei das SAFs) foi sancionada, o domínio do capital financeiro que já era evidente antes mesmo da inserção das SAFs, intensificou ainda mais o processo de financeirização, e o que já vinha se descolando das camadas mais populares da sociedade, agora toma um novo espectro ainda

mais dissociativo, representando as Sociedade Anônimas de Futebol, se constituindo “do capital de indivíduos diretamente associados”³². Assim, de acordo com um levantamento realizado pelo Globo Esporte (ge), 63 clubes brasileiros já aderiram ao modelo SAF. No referido relatório, as SAFs classificadas como as mais valiosas são, respectivamente: “Atlético-MG, Botafogo e Cruzeiro”, que juntas, mobilizam um capital de aproximadamente 6,716 bilhões de reais.

A enorme quantia de capital que adentra as SAFs e insere um número crescente de clubes neste processo, não possui outro interesse se não o do lucro futuro. Desponta-se dessa nova formatação, uma complexificação da relação do povo com a forma mercadoria do futebol. Estes passam a defrontar-se com preços de ingressos a níveis abusivos, os quais, na condição de se encontrarem à margem da sociedade, vivendo sob condições degradantes a níveis de remunerações baixíssimas, e a quem o futebol deveria representar, tornam-se impossibilitados de viver a emoção do esporte que tanto amam. Os ingressos mais caros, usados como uma ferramenta de expropriação do lucro, inibem cada vez mais a paixão, a alegria e a euforia que costumavam ser expelidas num só grito.

Dadas as contradições que imperam no modo de produção capitalista, como um aspecto que compõe a realidade material, podemos observar que o processo do avanço financeiro para o futebol brasileiro, com a introdução das SAFs, pode acarretar na conquista de mais títulos, ou na compra de jogadores mais talentosos. Porém, coexistindo sob as bases de uma contradição

²⁹ SILVA, Maria Victória Freitas e. **Financeirização e investimento no futebol**: um estudo sobre a penetração de capital nos clubes de primeira divisão do Brasil e da Inglaterra. Orientador: Lucas Milanez de Lima Almeida. 2024. 52f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Relações Internacionais) - Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2024.

³⁰ RONDINELLI, Paula. Democracia Corinthiana. **Brasil Escola**. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/educacao-fisica/a-democracia-a-corinthiana.htm>. Acesso em: 01 abr. 2025.

³¹ *Ibidem*.

³² MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política; Livro III: O processo global da produção capitalista. Tradução: Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2017. 984 p.

inerente ao modo de produção vigente, é inevitável destacar que, "submetidos à lógica de mercado, os jogadores transformam-se em mercadoria; os torcedores, em consumidores; o jogo, em um ativo financeiro e o futebol é visto como um grande negócio"³³. Assim, esfria-se a consciência da nossa historicidade como povo, com alma própria. Com isso, o nosso estilo de jogar deixa de ser inconfundível, ele perde parte do ar artístico que costumava possuir.

Nessa perspectiva, mesmo que as SAFs proporcionem cifras de remunerações maiores, estádios deslumbrantes, títulos e jogadores, ela vem de uma contrapartida mortal. As 63 Sociedades Anônimas de Futebol, e um número crescente de outros clubes que pretendem ser inseridos nessa dinâmica, matam o futebol de rua, o futebol do amor, e sobrelevam o futebol da casa de apostas, o futebol das ações com remunerações futuras, o futebol-negócio.

Com toda a capacidade de expropriação de lucro que o futebol moderno passa a possuir, dada à intensa lógica de mercado que se constitui em torno dele, os jogadores deixam de espelhar o futebol enquanto uma forma recreativa, de expressão da sua mais pura arte. Agora, o fundamento é outro, pois "a enxurrada de dinheiro foi tão grande que eles perderam o sentido de pertencimento e já não sabem mais a quem representam quando entram em campo, nem para quem jogam"³⁴. Deste modo, não há mais a possibilidade de observarmos um futebol mágico, de desenhos feéricos, como víamos em

Garrincha, no ato de ser artístico, de levantar a multidão, de ser, de fato, a alegria do povo.

Outro aspecto das relações sociais que se modificaram com o avanço do capital financeiro sob as bases do futebol brasileiro reside na forma com que as famílias passam a se relacionar com o esporte. As gigantescas remunerações que são destinadas aos jogadores atraem um olhar adverso para o esporte, agora, ele passa a ser visto e almejado como uma forma de ascensão social. Deste modo, meninos que deveriam estar brincando são sufocados por expectativas irreais e, assim como destaca o técnico brasileiro, Fernando Diniz, "Muitas vezes a família não incentiva o filho, mas sim, o pendura numa corda e o arrasta para o mundo do futebol. Aqui, ele não quer ser tratado como um jogador pelos pais, ele quer ser tratado como um filho, esta é uma distorção que machuca e acaba com a estima da criança".

Nesse contexto, a financeirização do futebol atinge um novo patamar, crianças de 5 a 10 anos passam a ser vistas como uma mercadoria. As famílias colocam sobre elas um peso insustentável, e os clubes as tratam como investimentos em potencial, que podem trazer lucros futuros. Deste modo, mais uma vez a dinâmica da especulação financeira permeia e lança suas mãos, destruindo toda e qualquer relação que objetive buscar de volta o caráter lúdico do futebol que há muito se perdera.

O futebol está sem identidade, ou melhor, está com uma identidade que não lhe pertence, uma identidade que a ele foi imposta. Todo esse movimento, propositalmente, inibe uma série de relações que anteriormente eram o suprasumo

³³ Rodrigo. A Mercantilização do Futebol e do Cinema. **Emancipação Socialista**, 21 jul. 2019. Disponível em: <https://www.emancipacaosocialista.org/2019/a-mercantilizacao-do-futebol-e-do-cinema/>. Acesso em: 15 mar. 2025.

³⁴ *Ibidem*.

da identificação brasileira. É triste observar que os movimentos de luta, que tinham no futebol um alicerce de suas crenças, agora, veem que seu esporte está perdido nas mãos daqueles que o odeiam ao descaracterizar suas origens, mas o amam, ao intensificar o processo de sua valorização, expropriando taxas gigantescas de lucro.

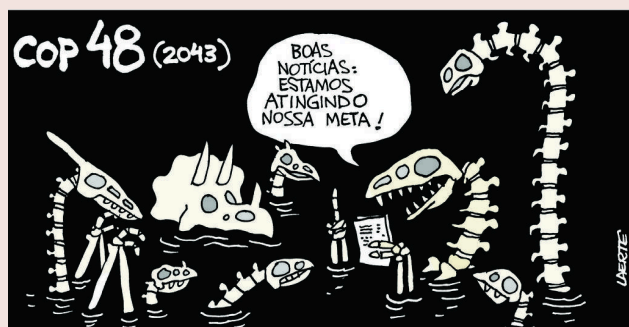
Agora, o jogo é formatado, torna-se meramente um jogo que, aos poucos, vai se esvaindo. Sócrates, precursor da democracia corinthiana que lutou, dentro dos gramados, contra a ditadura militar, enfatizou que, "o título é efêmero. Amanhã começa outro campeonato [...]. O que vale mesmo é a paixão, independentemente de conquistas". Assim, mesmo que as SAFs possam proporcionar "benefícios", o que vale, no fim, é a identificação, o amor, o grito de gol que permeia o futebol brasileiro, mas isto está cada vez mais ameaçado. Nesse emaranhado de deturpações que surgem no futebol brasileiro, concluímos que "o futebol era nosso e agora é deles, que não o respeitam nem o querem, mas apenas usam-no em seu benefício e o esvaziam de sua identidade. Muitas vezes quiseram matá-lo – e outras tantas ele ressuscitou – mas parece que desta vez é sério".³⁵

³⁵ *Ibidem.*

Resenha Econômica

COP30: um museu de grandes novidades

Gabriela Morozini e Kayky Barcelos de Oliveira



LAERTE. COP 48 (2043). Charge. Folha de S.Paulo, 28 nov. 2023. Disponível em: <https://cartum.folha.uol.com.br/charges/2023/11/28/laerte.shtml>. Acesso em: 26 maio 2025.

*“Eu vejo o futuro repetir o passado
Eu vejo um museu de grandes novidades
O tempo não para
Não para, não, não para”*

O Tempo Não Para - Cazuza

Nas sociedades ocidentais, os padrões culturais e linguísticos nos levam à noção de futuro como algo que está à nossa frente. Um exemplo claro dessa forma de pensar é a ideia de que o “passado ficou para trás”. Tal fato é, em essência, uma construção mimético-cultural de nossas relações sociais cotidianas. Assim, a construção da noção de tempo, nos parâmetros de nossa sociedade, constitui-se a partir da assimilação dos padrões filosóficos dos centros hegemônicos. A linearidade desse pensamento ocidental, que nos parece imutável, parte de um desenvolvimento histórico e social capitaneado pela racionalidade burguesa sobre o tempo, tributária de um viés

positivista da história, em que a noção de progresso está atrelada ao passar do tempo. No entanto, em outras sociedades, a constituição de uma relação com o tempo dá-se de maneira distinta, em que passado e futuro, na verdade, se repetem e se entrelaçam³⁶.

A linearidade do tempo nos limita à ideia de que somos agentes de um processo em constante avanço e que o futuro nos resguardará as condições mais ou menos ideais de emancipação humana, natural e social. Dessa forma, a linearidade histórica é a negação completa da construção de uma concepção dialética da história enquanto resultante da transformação contínua da materialidade, imbuída por dinâmicas não lineares. Recair em noções progressistas da história é recair em idealismos fajutos que condenam a emancipação humana aos eternos grilhões forjados pela sociedade em que domina o caráter fantasmagórico das mercadorias. É a negação completa de que a humanidade é agente ativo do processo de mudança da história e das condições materiais de existência.

³⁶ GALLAS, Daniel. 'A língua que falamos determina como pensamos': americano que cresceu com indígenas na Amazônia explica relação. **BBC News Brasil**, 22 jun. 2024. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cgll3m2m0r7o>. Acesso em: 27 mai. 2025.

Enquanto nossas noções de tempo, existência, sociabilidade, cultura e conhecimento estiverem subordinadas à lógica de acumulação capitalista, que exaurem nossos meios natural e social, estaremos condenados a lutar por uma causa semi-perdida. O moderno futuro colapsante é o antiquado passado colapsante. Desde a década de 1970, a preocupação com o colapso ambiental é notória. Manifestação expressiva desse debate é a existência do Clube de Roma, que relatou em um dossiê, intitulado “Limites do Crescimento”, perspectivas futuras sobre a existência humana. A moderna 30ª Conferência da Organização das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP30) é o antigo Clube de Roma. O tempo continua passando, seja para frente ou para trás, em um museu de grandes novidades, que em breve poderá expor os fósseis de uma humanidade que não sobreviveu ao seu tempo, mas pensava na hipótese de mudar o futuro sem questionar as estruturas que forjavam seu presente e passado.

Nesse sentido, percebe-se que o conteúdo ideológico burguês atravessa, intrinsecamente, a necessidade de harmonização das contradições que permeiam o modo de produção capitalista. Não por acaso, o próprio Clube de Roma é uma expressão paradigmática da racionalidade burguesa, pois, em verdade, trata-se de um grupo burguês. Fundado por industriais, economistas, cientistas e tecnocratas ligados a grandes centros de poder econômico e político do Ocidente, o Clube de Roma nunca rompeu com a lógica de acumulação capitalista. Instrumentalizando variáveis referentes a cinco tendências globais, a saber, o ritmo acelerado de industrialização, o rápido crescimento demográfico, a desnutrição

generalizada, o esgotamento dos recursos naturais não-renováveis e a deterioração ambiental, eles foram capazes de, por meio de simulações computacionais, prever o esgotamento dos recursos naturais e o colapso ambiental, dada a trajetória de crescimento econômico exponencial.³⁷

Apesar do diagnóstico catastrófico, em jus à classe social que representa, a solução proposta pelo Clube de Roma é como apagar incêndio com fósforo molhado: se o problema da humanidade é a velocidade em que se cresce economicamente, o remissor dos pecados do capital seria o decrescimento econômico. Trata-se, portanto, pura e simplesmente, de reorganizar a gestão do capital, otimizar o uso dos recursos naturais e prolongar a vida útil do sistema, a partir da promoção de ajustes técnicos e de mecanismos de regulação nacionais e internacionais. No entanto, como você, caro leitor, deve imaginar, embora burguesa, a pauta trazida pelo Clube de Roma obteve pouco fôlego político ao longo do tempo. Veja: o Produto Interno Bruto mundial era estimado em 3 trilhões de dólares em 1970 e, em 2023, já correspondia a 106 trilhões de dólares, segundo dados do Banco Mundial.³⁸ A trajetória de desempenho do nível de produção global corresponde à contundente não adesão ao argumento do decrescimento.

Em sentido análogo ao Clube de Roma, a Conferência das Partes (COP), que, neste ano, chega à sua 30ª edição, é expressão de um esforço

³⁷ MEADOWS, Donella H.; MEADOWS, Dennis L.; RANDERS, Jørgen; BEHRENS III, William W. **Limites do crescimento: um relatório para o Projeto do Clube de Roma sobre o dilema da humanidade**. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1978.

³⁸ WORLD BANK. **GDP (current US\$)**. Washington, D.C.: World Bank, 2025. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.CD>. Acesso em: 27 mai. 2025.

político-ideológico de manutenção da harmonização aparente entre a lógica de acumulação capitalista e a sustentabilidade ambiental. Nas sociedades capitalistas, o futuro - burguês - replica o passado - igualmente, burguês. Sob um véu das relações sociais propriamente capitalistas, observa-se o colapso dos recursos naturais como uma questão da humanidade contemporânea em termos abstratos. Nós explicamos: trata-se de uma noção ancorada na ideia de que a humanidade experiencia uma nova era geológica em que os impactos das atividades humanas sobre a Terra se tornaram tão profundos e abrangentes que deixaram - e deixarão - marcas duradouras nos sistemas geofísicos e biológicos do planeta. Ou seja, a humanidade contemporânea como entidade homogênea e a-histórica porta a responsabilidade pelo colapso ambiental. É a difusão do Antropoceno.³⁹

Ao colocar os seres humanos, indistintamente, como uma força geológica determinante da crise ambiental, conduz-se à negação das contradições inerentes à sociabilidade e à historicidade do modo de produção capitalista que atravessam a questão. A formulação teórica do Antropoceno veicula um conteúdo político-ideológico propulsor da naturalização da crise, na medida em que não especifica adequadamente os mecanismos e agentes que a desencadeiam, limitando-se a uma abstração sobre a humanidade sem se atrever a questionar como, nas sociedades capitalistas, as classes trabalhadora e capitalista contribuem de forma desigual à deflagração da crise, conforme as

particularidades históricas e geográficas dos espaços territoriais que ocupam. É quase como se a humanidade fosse naturalmente propensa à destruição ambiental.

E a problemática não para por aí. Em Marx e Engels, a objetividade da ação humana não reside puramente nas atividades humanas em si, mas no fato de estarem inscritas em um arcabouço de condições materiais concretas. Ou seja, a ação humana não se realiza no vácuo: ela é historicamente situada, socialmente determinada e não pode ser compreendida como algo puramente subjetivo ou naturalizado. Pelo contrário, sua materialidade remete às formas sociais e históricas que moldam o agir humano em cada época.⁴⁰ Sob essa perspectiva, o conceito de Antropoceno não apenas obscurece a dimensão social e histórica da crise ambiental - vinculada ao modo de produção capitalista -, mas, sobretudo, encobre a dimensão social e histórica da própria ação humana. Forja-se, assim, no seio do debate ambiental, uma narrativa funcional à manutenção do *status quo* capitalista.

Constitui-se de um fundamentalismo mecanicista uma análise que nega a atuação do capital doravante a mitigação dos impactos ambientais. Porém, trata-se aqui de uma visão totalizante do fenômeno, enquanto manifestação de uma contradição evidente entre produção e reprodução do capital. Do ponto de vista político-ideológico, neologismos que busquem distinguir empresas com o mínimo de compromisso com a realidade social, como é o caso do termo ESG (*Environmental, Social and Governance*), acabam por conformar as nossas

³⁹ VEIGA, José Eli da. **O Antropoceno e as Humanidades**. São Paulo: Editora 34, 2023. Disponível em: <https://www.editora34.com.br/detalhe.asp?busca=antropoceno&id=1208>. Acesso em: 27 mai. 2025.

⁴⁰ MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. Tradução de Rubens Enderle e Leonardo de Deus. São Paulo: Boitempo, 2007.

ações aos parâmetros utilitaristas. A construção de uma própria lógica de “recursos naturais” se constitui enquanto uma relação social que enxerga o meio natural enquanto uma fonte de valores de uso a serem transformados. Dessa forma, o impacto ambiental não se trata de uma externalidade negativa, mas uma contradição inerente à forma específica da produção.

Eu vejo o futuro repetir o passado... No palco da maior floresta tropical do mundo, a COP30 buscará debater o futuro em um panorama onde a nação hegemônica se distancia de um compromisso ambiental – se é que, em algum momento, verdadeiramente o fez. Nas florestas em que os colonizadores lançavam suas mãos sobre a natureza e destruíam a existência de povos originários, os burocratas mundiais debaterão sobre a necessidade de frear os impactos causados por eles mesmos. No espetáculo dos máscaras brancas, a valsa entre passado e futuro parece selar um beijo que anuncia o entoar do sino do fim dos tempos. Em um cenário em que se debate a construção de um futuro sustentável, precisamos necessariamente pensar em um presente sustentável, em que a nossa relação com o meio natural, com a sociedade e com os indivíduos não esteja grillhada aos modos de reprodução da materialidade que nos conduz à destruição. Do Clube de Roma, restam perspectivas fossilizadas em meio ao mar de concreto do capital, que em breve fará semelhante com a COP30. *Eu vejo um museu de grandes novidades...*

Resenha Econômica

BETS: um cassino de velhas armadilhas

Hemille Barbosa e Maria Caneva



CPI da Bets. Folha com Charge de 31/05/2025. Disponível em: <https://cartum.folha.uol.com.br/charges/2025/05/31/marilia-marz.shtml>. Acesso em 13 jun. 2025.

As plataformas de apostas online, popularmente conhecidas como “bets”, têm se espalhado como rastilho de pólvora pelo Brasil, principalmente entre os jovens das periferias, onde a promessa de dinheiro rápido encontra terreno fértil em meio à escassez de oportunidades. O que, à primeira vista, parece ser apenas mais uma forma de entretenimento digital, revela-se, na prática, como um fenômeno complexo, carregado de impactos profundos na saúde mental e na estabilidade financeira de milhares de pessoas.⁴¹

Essas empresas oferecem uma variedade de serviços relacionados a jogos de azar e a prognósticos esportivos, abrangendo desde as tradicionais apostas em partidas de futebol até

cassinos virtuais e competições e-sports, com jogos eletrônicos que simulam realidades esportivas em detalhes quase hipnóticos. Por trás de interfaces chamativas e slogans sedutores, operam com estratégias de marketing e campanhas publicitárias muito agressivas que provocam comportamentos impulsivos e estimulam a normalização das apostas como prática cotidiana e alternativa viável para geração de renda.

Nesse sentido, a lógica que sustenta o funcionamento das casas de apostas escapa à percepção imediata. Enquanto muitos jogadores se entregam à crença de que a chance de vitória ou derrota repousa sobre cálculos estatísticos, raciocínio lógico e certa dose de sorte, há uma engrenagem silenciosa operando a favor das plataformas. A matemática inerente às apostas, realizadas pelas casas, assegura a obtenção sistemática de lucro por parte das empresas, sem levar em conta o desempenho individual dos apostadores.

Dessa forma, a estratégia central das casas de aposta não está em proporcionar vitórias isoladas – o que é perfeitamente possível e até necessário para alimentar a crença na recompensa –, mas em garantir que no longo prazo a balança penda sempre para o lado da casa. Isso se dá, sobretudo,

⁴¹ Universidade Federal Fluminense. **Brasileiros sentem o impacto social e econômico do vício das bets**. Disponível em: https://www.uff.br/04-09-2024/brasileiros-sentem-o-impacto-o-social-e-economico-do-vicio-nas-bets/?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 10 de jun. 2025.

por meio da definição das odds⁴², que são calibradas para embutir uma margem de lucro - o chamado juice⁴³. Ou seja, a casa nunca oferece a verdadeira probabilidade do evento ocorrer, operando sempre com uma vantagem matemática. Dessa forma, apoiada na lei dos grandes números, mesmo quando o apostador vence, já existe uma taxa embutida que assegura o lucro da casa de aposta. Portanto, a arquitetura dessa lógica funciona como uma armadilha: oferece a ilusão de controle, ao mesmo tempo em que induz decisões precipitadas, estimuladas pela esperança de recuperação imediata, alimentando, assim, um ciclo de perdas frequentes disfarçadas de oportunidades⁴⁴.

Em um tempo em que as diversas esferas do cotidiano social têm sido subjugadas à lógica de mercado, a incerteza e o ato de vender falsas esperanças, como um átomo das vivências sociais, tornaram-se um negócio altamente lucrativo. As apostas online não fornecem apenas jogos, criam também uma falsa sensação de controle em meio ao caos vivido por muitos brasileiros. O “tigrinho”, com seu rosnado colorido, funciona como uma caricatura do sistema que aprisiona os jogadores em ciclos intermináveis de expectativa por um prêmio que nunca chegará⁴⁵.

Esse cenário é agravado pela ausência de um marco legal claro e eficiente. A falta de regulamentação robusta sobre cassinos online permite que empresas e influenciadores atuem à margem da lei, dificultando sua responsabilização e ampliando a vulnerabilidade dos usuários⁴⁶. Para mais, essa ausência de fiscalização permite que diversas empresas operem sob nomes comerciais que não correspondem aos seus registros oficiais, o que dificulta significativamente o monitoramento das transações financeiras e a identificação dos perfis dos jogadores.

As discussões em torno da legalização dos jogos de azar no Brasil têm se desdobrado em múltiplas facetas ao longo das décadas. A legislação proibitiva, instaurada em 1946, embora marcada por limitações em sua eficácia, foi forjada sob uma visão que associava essas práticas à criminalidade, corrupção e decadência moral e social. Mesmo hoje, o debate sobre a legalização ecoa carregado de inquietações profundas - sociais, econômicas e éticas - que reverberam especialmente diante do risco de ampliação da dependência patológica, dos impactos nefastos sobre a saúde mental da população e das consequências econômicas graves, como o endividamento crescente e a intensificação da fragilidade financeira⁴⁷.

Nesse contexto, revela-se crucial compreender que a dependência em jogos de azar é reconhecida pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como um transtorno psicológico, cujos efeitos podem se revelar devastadores. Esses impactos são potencializados pela ampla

⁴² Traduzido para o português significa "chances". As odds expressam quanto cada apostador ganhará caso sua aposta seja vencedora.

⁴³ Juice é uma taxa embutida nas apostas que garante a margem de lucro das casas de apostas, mesmo quando o apostador vence.

⁴⁴ **Por que você quase sempre vai perder dinheiro com bets, segundo a matemática.** Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/c981g2n1dm9o>. Acesso em: 10 jun. 2025.

⁴⁵ Universidade Federal Fluminense. **Brasileiros sentem o impacto social e econômico do vício das bets.** Disponível em: https://www.uff.br/04-09-2024/brasileiros-sentem-o-impacto-o-social-e-economico-do-vicio-nas-bets/?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 10 de jun. 2025.

⁴⁶ GOMES, Luis. **Princípio da legalidade penal e jogos online.** 2024. 77 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2024.

⁴⁷ Moreira Junior. Relação do Estado Brasileiro com os jogos de azar. **Revista Ibero-Americana De Humanidades, Ciências E Educação.** v.10, n.10. p. 4656-4672. 2024.

acessibilidade às plataformas digitais de apostas e pela oferta constante de incentivos atrativos, que exercem influência tanto sobre jogadores ocasionais quanto sobre indivíduos com maior predisposição ao vício⁴⁸. De acordo com dados recentes, aproximadamente 96 milhões de pessoas no mundo sofrem com o transtorno do jogo - um indicativo da gravidade e da dimensão do problema em escala mundial⁴⁹.

De modo contraditório, ao invés de fortalecer os mecanismos de fiscalização e proteção social, desde 2018, com o advento da Lei nº 13.756, que regulamentou parcialmente as apostas esportivas, autorizando sua operação sob controle do governo, o Congresso Nacional tem discutido a ampliação desse mercado. A proposta legislativa que visa liberar bingos, cassinos e outros jogos anteriormente proibidos é apresentada como uma forma de modernizar o setor e aumentar a arrecadação fiscal⁵⁰. No entanto, levanta questionamentos sobre suas implicações sociais e sobre quem, de fato, se beneficiaria com essa legalização.

Diante da crescente visibilidade das apostas online e dos seus efeitos sociais, como o endividamento, o vício e a exploração de públicos vulneráveis, o tema ganhou fôlego no debate público e nos espaços institucionais. A intensificação das denúncias sobre manipulação de resultados, somada à atuação de influenciadores digitais, que promovem essas

plataformas com naturalidade desconcertante, impulsionaram uma reação política e jurídica mais incisiva, pressionando a atuação do Congresso. Nesse contexto, em outubro de 2024, surge a proposta de criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) voltada a investigar a atuação dessas plataformas e seus impactos sobre a sociedade e a economia⁵¹.

Embora o objetivo formal da CPI fosse investigar esquemas de manipulação de resultados, o desenrolar da comissão acabou revelando mais sobre a lógica do sistema político do que sobre o próprio objeto da investigação. A CPI das Apostas escancarou a transformação do debate público em espetáculo: o espaço da deliberação foi substituído por encenações midiáticas, e a busca por visibilidade passou a orientar os rumos do processo. Não se trata de um desvio, mas de uma nova lógica: na era da política-espetáculo, a forma sobrepõe o conteúdo onde o ruído comunica mais do que a razão⁵².

O Brasil das apostas online não é apenas o retrato de um vício silencioso, mas o espelho de um país que, diante do abismo, o vende como oportunidade. Em um contexto em que a promessa de enriquecimento rápido serve de verniz para aprofundar desigualdades, e em que a política se rende ao espetáculo em detrimento do interesse público, o cidadão comum é relegado ao papel de espectador ou, em muitos casos, transformado em jogador habitual de um jogo

⁴⁸ Ibidem, p. 4660.

⁴⁹ Organização Mundial da Saúde (OMS). Disponível em: <https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/gambling>. Acesso em: 10 jun. 2025.

⁵⁰ SENADO FEDERAL. **Projeto de Lei nº 2234, de 2022: Autoriza e regulamenta jogos e cassinos no Brasil**. Brasília: Senado Federal, 2025. Disponível em: https://www.senado.leg.br/institucional/datasenado/relatorio-online/pesquisa_legalizacao_apostas/2025/interativo.html. Acesso em: 12 jun. 2025.

⁵¹ POLITIZE. **CPI das Bets: o que está sendo investigado?** Disponível em: <https://www.politize.com.br/cpi-das-bets/>. Acesso em: 12 jun. 2025.

⁵² RODRIGUES, Felipe. Virginia na CPI: quando a política se curva ao espetáculo. *Gazeta do Povo*, 12 jun. 2025. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/opiniaao/artigos/virginia-na-cpi-quando-a-politica-se-curva-ao-espetaculo/>. Acesso em: 10 jun. 2025.

fajuto. Estamos, portanto, diante de um espetáculo das apostas, em que a política virou caça-níquel: há muita luz, muito barulho e, no fim, sempre quem ganha é a casa.

Podcasts Economia e Sociedade: para Além da Aparência

A cidade do capital: moradia e espaço urbano em disputa

Gabriel Matheus Ferreira Santos e João Henrique da Silva Nascimento

No episódio nº 61 do podcast “Economia e Sociedade: para Além da Aparência”, os petianos João Henrique e Gabriel Santos entrevistaram o arquiteto e professor Lucas Damm Cuzzuol para discutir a crise urbana e habitacional no Brasil. A conversa abordou a construção histórica do espaço urbano brasileiro, destacando como interesses privados e a financeirização do território contribuíram para profundas desigualdades socioespaciais. O convidado também refletiu sobre as consequências dessas dinâmicas para a produção habitacional e o planejamento urbano no país, analisando causas estruturais e possíveis alternativas para a promoção do direito à cidade e a construção de um espaço urbano mais justo para todos. Para ter acesso ao episódio, clique neste link: <https://open.spotify.com/episode/7JngZeRddyA8PpfW7AyfVR?si=2906e1f6186f4679>.

A teoria da reprodução social e as relações de gênero no capitalismo

Gabriela Morozini e Hemille Barbosa Uchôa

No episódio nº 62 do podcast “Economia e Sociedade: para Além da Aparência”, as petianas Gabriela Morozini e Hemille Barbosa entrevistaram as professoras Arelys Borrego e Livia Moraes, para discutir sobre a Teoria da Reprodução Social (TRS). A conversa abordou os princípios dessa abordagem teórica para compreender a relação dialética entre produção e reprodução social capitalista, seus encontros e desencontros com os feminismos contemporâneos, e os impactos históricos da instrumentalização dos corpos femininos no capitalismo. Para ter acesso ao episódio, clique neste link: <https://open.spotify.com/episode/3pQ6AC12ZsjpZ4cu9lnV6D?si=c4d8460e471b479d>.

A questão monetária no capitalismo contemporâneo

Kayky Barcelos de Oliveira e Maria Caneva

No episódio nº 63 do *podcast* “Economia e Sociedade: para Além da Aparência”, os petianos Kayky de Oliveira e Maria Caneva entrevistaram o professor Henrique Pereira Braga, em uma conversa que se propôs a refletir criticamente sobre a centralidade do dinheiro no capitalismo atual. Ao longo do episódio, foram exploradas as transformações na forma-dinheiro e o avanço da financeirização da economia, evidenciando os efeitos do crédito, da especulação e dos ativos fictícios na dinâmica da acumulação de capital, na estabilidade macroeconômica e na ampliação das desigualdades sociais. O convidado também discutiu como as crises financeiras recorrentes, o enfraquecimento das políticas de proteção social e a subordinação dos países periféricos ao sistema financeiro global revelam e aprofundam as contradições estruturais do capitalismo. Para ter acesso ao episódio, clique neste [link](https://open.spotify.com/episode/0aukbYBZDfuvcO8q229Tcv?si=1f29a3e526b74146): <https://open.spotify.com/episode/0aukbYBZDfuvcO8q229Tcv?si=1f29a3e526b74146>.

As escolas de samba e a economia na periferia

Carlos Eduardo Tonon e Gustavo Gomes de Almeida

No episódio nº 64 do *podcast* “Economia e Sociedade: para Além da Aparência”, os petianos Carlos Eduardo Tonon e Gustavo Almeida entrevistaram o professor Jocelino Júnior, em uma conversa que destaca o papel estratégico das escolas de samba como espaços de resistência, identidade e geração de renda nas periferias da Grande Vitória. Ao longo do episódio, são discutidas as relações entre cultura popular e economia periférica, com foco na mobilização de trabalhadores formais e informais, no impacto econômico local dos desfiles e no fortalecimento comunitário proporcionado por essas agremiações. O convidado também abordou a negligência do poder público frente à importância das escolas de samba, as dificuldades no financiamento da cultura nas periferias e os desafios enfrentados por quem atua na intersecção entre educação, política e cultura popular. Para ter acesso ao episódio, clique neste link: <https://open.spotify.com/episode/6hdReQdpBhHl7MjT2KQm4d?si=d05ed5cbd6c848d2>.



Revista
PET-ECONOMIA

